

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO ANO 2022

SAÚDE MENTAL:

ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, HISTÓRIA E MUSEOLOGIA

LEIA COM ATENÇÃO:

01. A prova terá duração de 3 (três) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. **É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno** que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Políticas Públicas do SUS	01 a 10
Específico do Curso	11 a 40

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Abraço é o encontro de dois corações."

05. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.**
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
08. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
09. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
10. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
11. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
13. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
14. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS

- 01.** De acordo com o Art. 194 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos:
- (A) à saúde, à previdência e à assistência social
 - (B) à saúde, ao bem-estar e à assistência social
 - (C) à previdência social, à assistência e à equidade
 - (D) à assistência, à universalidade e à previdência social
- 02.** Com base no Art. 200 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, além de outras atribuições, compete ao Sistema Único de Saúde, nos termos da Lei:
- (A) participar da formulação de ações de vigilância sanitária e epidemiológica
 - (B) incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação
 - (C) colaborar na fiscalização e inspeção de alimentos, como bebidas e água para consumo humano
 - (D) ordenar e participar da formação de política de recursos humanos nas ações de saúde do trabalhador
- 03.** Constantemente são veiculados pelas mídias assuntos ligados à saúde do cidadão. A Lei nº 8.080/90 atribui a competência de controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde à direção do Sistema Único de Saúde (SUS) na esfera de poder:
- (A) regional
 - (B) nacional
 - (C) estadual
 - (D) municipal
- 04.** No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o que diz o Art. 28 da Lei nº 8.080/90, os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, só poderão ser exercidos em regime:
- (A) de tempo parcial
 - (B) de tempo integral
 - (C) de tempo concomitante
 - (D) de dedicação exclusiva
- 05.** Com base no § 2º do Art. 32 da Lei nº 8.080/90, as receitas geradas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), movimentadas pela sua direção, na esfera de poder onde forem arrecadadas, serão creditadas diretamente em contas:
- (A) públicas
 - (B) especiais
 - (C) vinculadas
 - (D) do tesouro
- 06.** No que se refere ao processo de planejamento e orçamento do SUS, conforme o § 2º do Art. 36 da Lei nº 8.080/90, é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, na área da saúde, **EXCETO** em situações:
- (A) urgentes ou de emergência
 - (B) prioritárias ou de impedimento
 - (C) de necessidade ou de atenção
 - (D) emergenciais ou de calamidade pública
- 07.** Segundo o § 3º da Lei nº 8.142/90, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação:
- (A) no Conselho de Ética
 - (B) na Secretaria de Saúde
 - (C) no Conselho Nacional de Saúde
 - (D) no Conselho Estadual de Saúde
- 08.** O Art. 1º da Lei nº 8.142/90, em seu § 5º estipula que as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e suas normas de funcionamento definidas em regimento:
- (A) interno, aprovadas pelo colegiado
 - (B) único, aprovadas por cada conselho
 - (C) específico, aprovadas pelos conselhos
 - (D) próprio, aprovadas pelo respectivo conselho
- 09.** De acordo com o Art. 2º da Lei nº 8.142/90, os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão alocados como investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do _____ e aprovados pelo Congresso Nacional.
- Essa frase fica correta ao se preencher a lacuna com:
- (A) Poder Legislativo
 - (B) Poder Executivo
 - (C) Ministro da Saúde
 - (D) Secretário de Saúde
- 10.** De acordo com o Art. 4º da Lei nº 8.080/90, o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui:
- (A) a Secretaria de Saúde
 - (B) o Sistema Público de Saúde
 - (C) o Sistema Único de Saúde (SUS)
 - (D) o Sistema Administrativo de Saúde

ESPECÍFICO DO CURSO

11. A Política Nacional de Humanização (PNH), instituída em 2003, é, também, conhecida como:
- (A) humaniza
 - (B) humanização
 - (C) humanizaVida
 - (D) humanizaSUS
12. A PNH entende que a gestão e produção do cuidado e dos processos de trabalho devem ser realizadas não por uma pessoa ou grupo isolado, mas de forma coletiva e compartilhada. Para isto aposta numa comunicação efetiva entre:
- (A) gestores, usuários e sindicalistas
 - (B) trabalhadores, usuários e gestores
 - (C) usuários, gestores e graduandos
 - (D) trabalhadores, gestores e sindicalistas
13. A PNH visa pôr em prática os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) na rotina dos serviços de saúde, produzindo mudanças nos modos de:
- (A) gerir e cuidar
 - (B) gerir e financiar
 - (C) gerir e administrar
 - (D) cuidar e administrar
14. Um dos princípios norteadores da Política de Humanização é o fortalecimento do trabalho:
- (A) em equipe multiprofissional, estimulando a transdisciplinaridade e grupalidade
 - (B) em equipe, estimulando a disciplinaridade e a grupalidade
 - (C) em grupo, coordenado pela comunidade local
 - (D) em grupo, coordenado pela gestão local
15. A redução das filas e do tempo de espera, ampliando o acesso e o atendimento acolhedor e resolutivo baseados em critérios de risco, é uma das prioridades a ser consolidada com a implantação da PNH. Outro exemplo de prioridade é a educação:
- (A) permanente dos usuários
 - (B) eventual dos trabalhadores
 - (C) continuada dos trabalhadores
 - (D) permanente dos trabalhadores
16. Enquanto núcleo específico, a Política Nacional de Humanização se propõe a:
- (A) integrar a Rede Nacional de Humanização estruturada em dimensão presencial e eletrônica
 - (B) fortalecer e integrar a Rede Nacional de Humanização estruturada em dimensão presencial e eletrônica
 - (C) fortalecer, ampliar e integrar a Rede Nacional de Humanização estruturada em dimensão eletrônica
 - (D) fortalecer, ampliar e integrar a Rede Nacional de Humanização estruturada em dimensão presencial e eletrônica
17. “A dimensão _____ da Política de Humanização da Atenção e da Gestão em Saúde no SUS implica, _____, para sua efetuação, um construir _____.”
- As palavras que completam corretamente esta frase, são, respectivamente:
- (A) transversal, necessariamente, coletivo
 - (B) transversal, esporadicamente, coletivo
 - (C) transparente, ocasionalmente, individualizado
 - (D) transversal, necessariamente, individualizado
18. Incluir usuários e suas redes sociofamiliares nos processos de cuidado é um poderoso recurso para a ampliação da corresponsabilização do cuidado de si. Nesse sentido, é um exemplo de ferramenta de inclusão utilizada nos serviços de saúde:
- (A) as rodas de samba
 - (B) as rodas de conversa
 - (C) a constelação familiar
 - (D) a contação de histórias
19. No livro *Ética e Cidadania*, a professora Elaine Arantes cita alguns autores para explicar os conceitos de ética e moral. Dentre os conceitos citados tem-se a definição de ética como sendo:
- (A) a ciência que diferencia o bem do mal
 - (B) o conhecimento popular sobre o cotidiano
 - (C) o conhecimento científico dos fatos morais
 - (D) o conhecimento empírico do bem e do mal
20. O conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos em uma comunidade social denomina-se:
- (A) visão
 - (B) ética
 - (C) moral
 - (D) valores
21. Num Estado Democrático de Direito o conceito de cidadania adquire *status* jurídico e político conferindo ao cidadão:
- (A) direitos civis, políticos e sociais
 - (B) direitos civis, esportivos e sociais
 - (C) deveres civis, esportivos e sociais
 - (D) vantagens profissionais, políticas e sociais
22. O documento que reúne os valores básicos que pautam a conduta de uma empresa no mundo dos negócios e na sua relação com a sociedade é conhecido como:
- (A) código Morse
 - (B) contrato de relações
 - (C) contrato de segurança
 - (D) código de ética empresarial

23. Para que um Código de Ética Empresarial seja efetivo faz-se necessário atender as seguintes condições:
- (A) ser educativo e ser elaborado com a participação de representantes de todas as áreas da empresa
 - (B) ser educativo e ser elaborado com representantes dos setores estratégicos da empresa
 - (C) ser produzido por profissionais especializados e ser atualizado anualmente
 - (D) ser inexequível e conter as normas da diretoria
24. Quando o indivíduo, de forma consciente, assume o papel de agente da transformação histórica ocupando legitimamente o seu espaço de forma real dentro do universo político, econômico, cultural e social do país, ele se torna um:
- (A) político partidário
 - (B) cidadão do mundo
 - (C) educador em essência
 - (D) cidadão de fato e de direito
25. Quando a organização oferece aos seus funcionários mais do que prevê a lei como, por exemplo, creche, berçário e assistência médica extensiva aos familiares, ela está dando exemplo de:
- (A) cidadania empresarial
 - (B) organização social
 - (C) inclusão social
 - (D) governança
26. De acordo com o art. 198 da Constituição Federal de 1988, as ações e os serviços de saúde integram:
- (A) um órgão intermunicipal
 - (B) um sistema assistencial
 - (C) uma rede regionalizada e hierarquizada
 - (D) uma rede centralizada e horizontalizada
27. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a estados, Distrito Federal e municípios, a Lei nº 8.080/90 estabelece que será utilizada uma combinação de critérios, segundo análise técnica de programas e projetos.
- Entre tais critérios, inclui-se:
- (A) os níveis de participação social
 - (B) o perfil demográfico da região
 - (C) os recursos financeiros do SUS
 - (D) o desempenho técnico do ano vigente
28. A Região de Saúde deve conter ações e serviços de:
- (A) emergência e distrito sanitário
 - (B) atenção primária e atenção psicossocial
 - (C) vigilância em saúde e educação ambiental
 - (D) atenção ambulatorial e comissão terapêutica
29. Portas de Entrada às ações e aos serviços de saúde nas Redes de Atenção à Saúde, são considerados os serviços de atenção:
- (A) primária; de atenção de urgência e emergência; de centros especializados; e especiais de acesso aberto
 - (B) hospitalar; de atenção de urgência e emergência; de atenção psicossocial; e especiais de acesso aberto
 - (C) primária; de atenção de urgência e emergência; de atenção psicossocial; e especiais de acesso aberto
 - (D) hospitalar; de atenção de urgência e emergência; de atenção psicossocial; e centros especializados
30. O instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem por objetivo anualizar as metas do Plano de Saúde e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados denomina-se:
- (A) Conselho de Saúde
 - (B) Plano Plurianual de Saúde
 - (C) Programação Anual de Saúde
 - (D) Instrumento de Planejamento de Saúde
31. Foi criada para assistir o Ministério da Saúde na elaboração de propostas para implantação e a operacionalização do SUS, submetendo-se ao poder deliberativo e fiscalizador do Conselho Nacional de Saúde:
- (A) Comissão de Gestão Regional
 - (B) Comissão Intergestores Tripartite
 - (C) Comissão Intergestores Bipartite
 - (D) Comissão de Secretários de Saúde
32. Com relação ao Orçamento Público no Brasil, é correto afirmar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):
- (A) indica o orçamento fiscal, da seguridade social e orçamento de investimento das estatais
 - (B) estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas do governo pelo período de quatro anos, sendo revisada anualmente
 - (C) estima as receitas e autoriza as despesas do governo para o exercício financeiro seguinte, de acordo com a previsão de arrecadação
 - (D) define as prioridades e metas da administração pública para o exercício financeiro seguinte e orienta a elaboração da lei orçamentária anual
33. Toda pessoa tem direito ao acesso a bens e serviços ordenados e organizados para garantia da promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde. O acesso será, preferencialmente, nos serviços de:
- (A) atenção básica
 - (B) centro ambulatorial
 - (C) atenção secundária
 - (D) centro especializado

34. Considerando a Portaria MS n.º 1.820, de 13/08/2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, nas situações de urgência/emergência, o atendimento da pessoa se dará:
- (A) somente nos serviços de urgências pré-hospitalares
 - (B) em qualquer serviço de saúde
 - (C) imediatamente nas unidades de pronto atendimento
 - (D) apenas nos serviços de emergência
35. O encaminhamento às especialidades e aos hospitais, pela Atenção Básica, será estabelecido em função da necessidade de saúde e indicação clínica, levando-se em conta a gravidade do problema a ser analisado pelas:
- (A) unidades de saúde
 - (B) centrais de regulação
 - (C) coordenações de saúde
 - (D) comissões de regulação
36. É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação, garantindo-lhe:
- (A) a identificação dos profissionais, por crachás visíveis, legíveis e/ou por outras formas de identificação de fácil percepção
 - (B) o direito a acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exame, desde que autorizado pelo profissional de saúde
 - (C) o direito à visita diária, de no mínimo três horas, em todas as unidades de internação, ressalvadas as situações técnicas não indicadas
 - (D) o recebimento de visita, quando internado, de outros profissionais de saúde que não pertençam àquela unidade hospitalar, desde que autorizado pelo gestor
37. Em cada unidade de saúde deverá constar, em local visível à população:
- (A) o regimento interno da unidade
 - (B) os telefones e horários de atendimento
 - (C) as ações e os serviços de vigilância em saúde
 - (D) o horário de trabalho de cada membro da equipe
38. Os conselhos de saúde deverão informar à população sobre:
- (A) deliberações e ações de vigilância em saúde
 - (B) data, local e pauta das reuniões dos gestores da rede SUS
 - (C) formas de participação e composição do conselho de saúde
 - (D) conferências de saúde e serviços de saúde disponibilizados
39. O financiamento do SUS é de responsabilidade:
- (A) do orçamento fiscal
 - (B) da União e dos estados, apenas
 - (C) da Comissão Mista de Orçamento
 - (D) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios
40. A promoção de melhorias contínuas na rede SUS, como a informatização, para implantar o Cartão SUS e o Prontuário Eletrônico, possui objetivos de:
- (A) aprimorar as condições de trabalho e facilitar os atendimentos
 - (B) implementar e incentivar formas de participação dos usuários no controle social do SUS
 - (C) ampliar e facilitar o acesso nos diferentes serviços de saúde
 - (D) quantificar os atendimentos dos serviços de saúde e otimizar o financiamento